



A EXPANSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM FRENTE ÀS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Julianna Paula Araújo Miranda¹
Josicelia Dumêt Fernandes²
Raíssa Millena Silva Florêncio³
Giselle Alves da Silva Teixeira⁴

RESUMO: O desenvolvimento empreendido no país nas últimas décadas indica a necessidade do aumento do número de brasileiros com um nível de instrução elevado. Nesse entendimento, o Plano Nacional de Educação (PNE), o estabelece, entre outras metas, uma ampliação da oferta de vagas em cursos superiores, compatível com 30% dos jovens. Nesse contexto, observa-se uma tendência expansionista da educação superior. Este estudo exploratório-descritivo com abordagem quantitativa teve como objetivo analisar a expansão, oferta, demanda e limites da educação em enfermagem relacionando-as com as políticas públicas de educação e saúde no país nas duas últimas décadas. Os dados foram coletados através de levantamento bibliográfico, de censos da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e documentos oficiais relativos à temática. Verificou-se um aumento no número de vagas e de cursos, totalizando em 2008, 673 cursos distribuídos em todas as regiões. As regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste destacaram-se por um crescimento proporcional elevado do número de cursos. A região Sul apresentou em 2008, um declínio na quantidade de cursos. Os cursos privados continuam apresentando maior expansão quando comparados aos públicos. A região Sudeste continua concentrando o maior número de cursos e vagas, refletindo diferenças socioeconômicas regionais. O aumento de vagas foi mais elevado do que o aumento no número de cursos. Estes achados corroboram com as propostas do PNE oportunizando o ingresso de mais brasileiros no ensino superior. No entanto, concluímos que é preciso expandir, mas com qualidade e vinculação estreita entre o mercado de trabalho e a formação.

Palavras-chave: Enfermagem; Educação; Expansão do ensino

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico, tecnológico, político, social e cultural do país indica a necessidade do aumento do número de brasileiros com um nível de instrução mais elevado.

¹ Graduanda de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Membro do Grupo de Estudos em Educação, Ética e Exercício de Enfermagem – EXERCE da Escola de Enfermagem da UFBA. juliannapam@hotmail.com Autora

² Professora Titular da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Enfermagem. Pesquisadora do CNPq. Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Ética e Exercício de Enfermagem da EEUFBA. Orientadora

³ Graduanda de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Membro do Grupo de Estudos em Educação, Ética e Exercício de Enfermagem – EXERCE da Escola de Enfermagem da UFBA. Co-autora

⁴ Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Membro do Grupo de Estudos em Educação, Ética e Exercício de Enfermagem – EXERCE da Escola de Enfermagem da UFBA. Co-autora



Nesse entendimento, o Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta, para o decênio 2001-2010, uma política de estado que propõe uma renovação e desenvolvimento da educação superior em todo país, ressaltando que “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior” (BRASIL, 1996).

Para tanto o PNE estabelece, entre outras metas e objetivos, uma ampliação da oferta do ensino público superior; o estabelecimento, em nível nacional, de diretrizes curriculares para cada curso superior; o estabelecimento de uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país; e uma ampliação da oferta de vagas em cursos superiores compatível com 30% dos jovens entre 18 e 24 anos (BRASIL, 1996), (BRASIL, 2001).

Nesse contexto, observa-se uma marcante tendência expansionista nas políticas de educação superior em todo país, o que confirma Teixeira *et al* (2006, p.478) ressaltando que as diretrizes e bases da educação nacional, abriram espaços para a flexibilização dos currículos de graduação, para a expansão de cursos e vagas na educação superior.

No bojo dessa política, os cursos de graduação em enfermagem, há alguns anos, vêm passando por um processo expansionista seguindo as novas tendências das políticas de educação superior apresentado assim, uma crescente abertura de novos cursos e vagas de graduação em enfermagem tanto em instituições públicas quanto em instituições privadas como comprovam os estudos de TEIXEIRA *et al*, SILVA & BAPTISTA e FERNANDES.

Partindo desse entendimento a iniciativa para a construção deste estudo está pautada, no entendimento de que apreender a realidade da educação em enfermagem, sua trajetória, tendências e contradições que a perpassam é fator decisivo para a compreensão do hoje e direcionamento do amanhã. Mas, para isso, é necessária uma apropriação qualificada da realidade, matizada pela reflexão das conseqüências éticas dessa trajetória e tendências. Nessa perspectiva, o presente estudo tem por objetivo Analisar a expansão, oferta, demanda e limites da educação em enfermagem, relacionando-a com as políticas públicas de educação e saúde, no país, nas duas últimas décadas.

Este é um estudo exploratório-descritivo, com abordagem quantitativa. Para o seu desenvolvimento foi realizada uma coleta de dados através de levantamento bibliográfico, análise de documentos oficiais brasileiros relativos à temática e levantamento de dados através dos censos da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). Para o levantamento bibliográfico foram utilizados os seguintes descritores: enfermagem, educação e expansão do ensino. Privilegiando os estudos anteriores sobre a expansão de cursos de graduação em enfermagem. Os documentos oficiais utilizados foram os documentos legais acerca da mudança no processo de formação, ou seja, a Resolução CNE/CES nº 03/2001 e a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Para a coleta de dados nos censos da educação superior do INEP, foi utilizada uma ficha previamente elaborada de acordo com os objetivos da investigação a fim de traçar o atual perfil dos cursos de graduação em enfermagem como forma de melhorar a compreensão e demonstração do processo de expansão. Os dados foram coletados no período de agosto a outubro de 2008. Os dados foram adicionados e comparados a um levantamento anterior (2006) que atendia as mesmas exigências, sendo este trabalho sua continuação. O presente estudo foi



aprovado pelo comitê de ética da Escola de Enfermagem da UFBA, atendendo aos princípios éticos emanados da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

A EXPANSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Resultados e discussão

Os resultados apontaram para um acentuado crescimento no número de novas vagas e de cursos de graduação em enfermagem em todo país, passando de 106 cursos em 1991 para 673 cursos em 2006 (Gráfico 1) e de 7460 vagas em 1991 para 111.158 vagas em 2006 (Gráfico 2), distribuídas em todas as regiões do país, porém de maneira desigual como também conclui Teixeira (2006, p. 481), referendo que essa expansão não se deu de maneira uniforme.

Gráfico 1 - Oferta de cursos de graduação em enfermagem por região geográfica 1991-2008

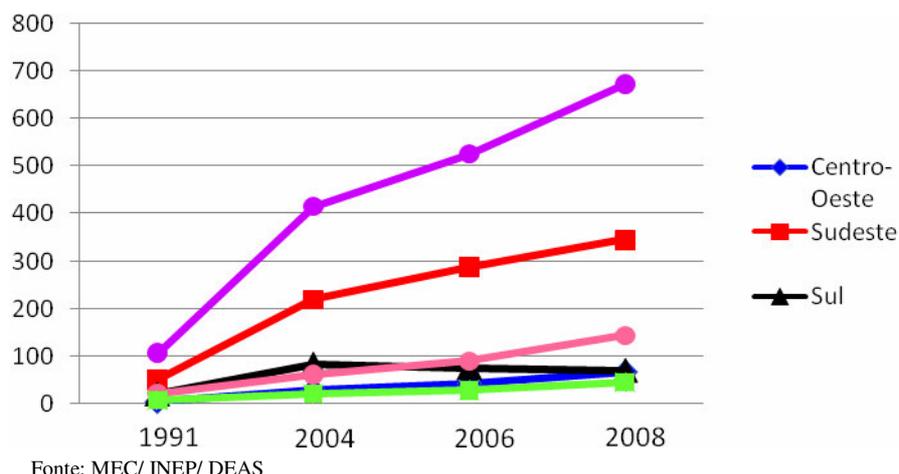
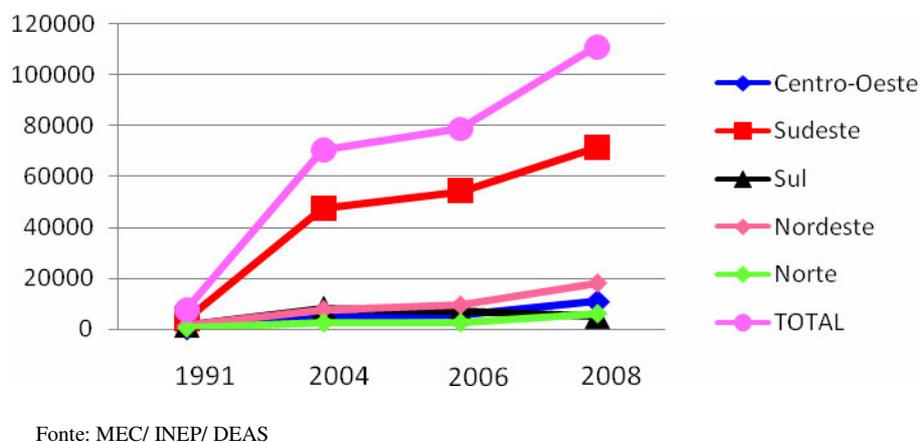


Gráfico 2 - Vagas de cursos de graduação em enfermagem por região geográfica 1991-2008



A região sudeste demonstrou maior crescimento com um total de 58 novos cursos neste período, destacando o estado de Minas Gerais como o estado mais crescente. As regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, entretanto, apresentaram o maior crescimento proporcional no número



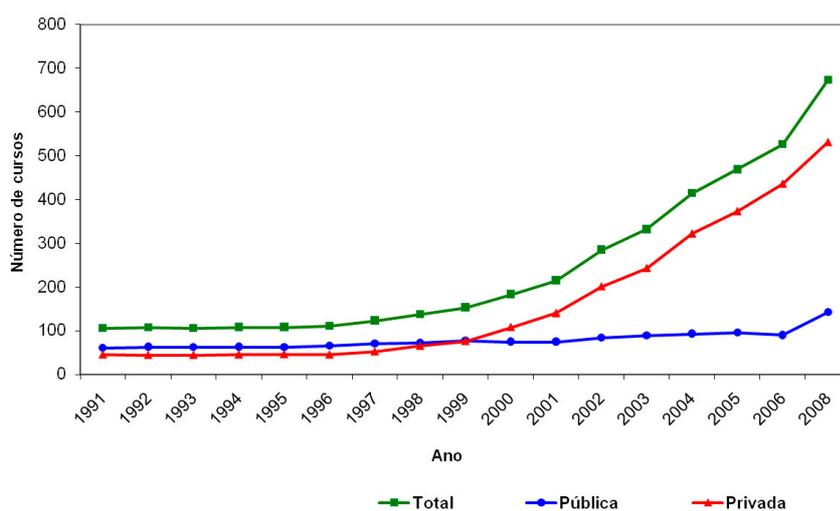
de novos cursos (Gráfico - 1). Contrariando as novas tendências, a região Sul foi a única a apresentar um declínio no número de cursos, indo de 77 cursos para 71 no período de 2006 a 2008 (gráfico - 1)

Em relação ao número de vagas o perfil é semelhante, sendo as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste responsáveis pelo maior aumento, chegando a quase dobrar o número de vagas oferecidas, enquanto que a região Sudeste foi a que mais cresceu em números absolutos, e a região Sul, refletiu o declínio do número de cursos também no número de novas vagas (Gráfico 2).

O aumento no número de vagas foi relativamente mais elevado que o aumento no número de cursos. Esse fenômeno ocorre pela ampliação da oferta de vagas em cursos já existentes o que é observado, por exemplo, na região sudeste, especificamente em São Paulo.

Quanto à categoria administrativa em que estes novos cursos se inserem, temos do total, 142 cursos em instituições públicas e 531 em instituições privadas, mantendo um crescimento elevado dos cursos de instituição privada em relação aos de instituição pública. Quanto ao número de vagas por categoria administrativa tem-se o mesmo quadro de superioridade. Houve um aumento de vagas em instituições privadas em relação às públicas, em números, temos que em 2006 tínhamos 5.104 vagas em instituições públicas e 73.717 vagas em instituições particulares, hoje o quadro é de 8.058 e 103.100 respectivamente, o que atende às expectativas do PNE de crescimento da oferta de vagas na rede de educação pública superior mas, que continua sendo significativamente inferior ao número de vagas oferecidas pelas instituições privadas.

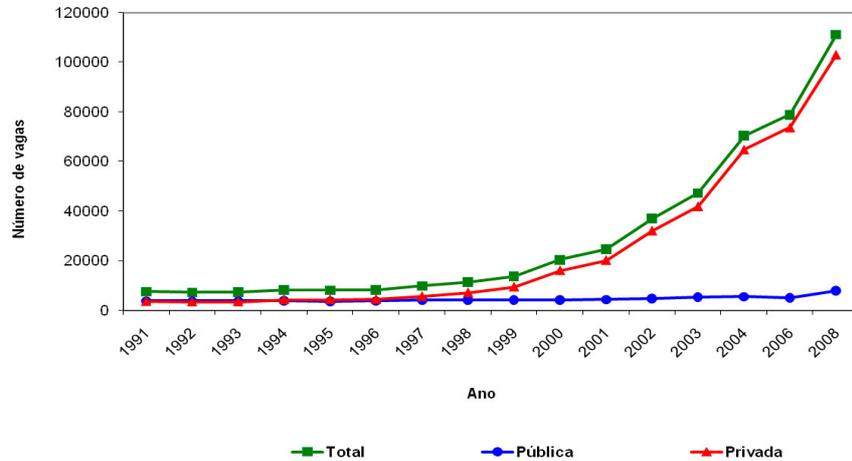
Gráfico 3 - Oferta de cursos de graduação em enfermagem por categoria administrativa 1991-2008



Fonte: MEC/ INEP/ DEAS



Gráfico 4 - Número de vagas nos cursos de graduação em enfermagem por categoria administrativa 1991 – 2008



Fonte: MEC/ INEP/ DEAS

As regiões com maior concentração de cursos e vagas continuam sendo as economicamente favorecidas, destacando nelas os estados de São Paulo, com 164 cursos, o estado com maior número de cursos, e Minas Gerais com 119 cursos de graduação, o estado que apresentou maior expansão de oferta de cursos e vagas (Tabela 5). Segundo Teixeira *et al* (2006, p.481) essas desigualdades regionais refletem o desenvolvimento industrial das regiões sudeste e sul, que, por sua vez, favorecem uma demanda por serviços qualificados.



Tabela 5 – Número de Cursos por estado

| ESTADOS | NÚMERO DE CURSOS |
|---------------------|------------------|
| ACRE | 03 |
| ALAGOAS | 06 |
| AMAPÁ | 04 |
| AMAZONAS | 10 |
| BAHIA | 43 |
| CEARÁ | 14 |
| DISTRITO FEDERAL | 15 |
| ESPIRITO SANTO | 14 |
| GOIÁS | 25 |
| MARANHÃO | 20 |
| MATO GROSSO | 16 |
| MATO GROSSO DO SUL | 11 |
| MINAS GERAIS | 119 |
| PARÁ | 10 |
| PARAÍBA | 18 |
| PARANÁ | 19 |
| PERNAMBUCO | 18 |
| PIAUI | 10 |
| RIO GRANDE DO NORTE | 12 |
| RIO GRANDE DO SUL | 32 |
| RIO DE JANEIRO | 49 |
| RONDÔNIA | 07 |
| RORAIMA | 02 |
| SANTA CATARINA | 20 |
| SÃO PAULO | 164 |
| SERGIPE | 03 |
| TOCANTINS | 09 |
| TOTAL | 673 |

Fonte: MEC/ INEP/ DEAS

Em contrapartida a região Norte apresentou o menor número de cursos e vagas de graduação em enfermagem, apesar de ter apresentado um significativo aumento no número de cursos e vagas nos últimos 2 anos em todos os estados da região.

A Região Norte é a que apresenta a menor concentração de cursos superiores de enfermagem entre as cinco regiões brasileiras, apesar de seu baixo desenvolvimento socioeconômico e conseqüentes condições



precárias da saúde populacional exigirem maior força de trabalho, principalmente na área de saúde (SILVA & BAPTISTA, 2007, P. 516).

Desta forma, de maneira geral, verificou-se um aumento significativo no número de vagas e cursos de graduação em enfermagem em quase todas as regiões do país o que corresponde às expectativas de crescimento do ensino superior das novas políticas de educação e saúde, em contrapartida, verificou-se que embora diminuídas, as desigualdades entre as regiões ainda são marcantes e ainda influenciam no incentivo na disseminação do ensino superior.

CONCLUSÕES

Este estudo buscou assimilar a realidade da educação superior em enfermagem, sua trajetória, tendências e contradições, considerando esses, fatores decisivos para a compreensão do hoje e direcionamento do amanhã. Entendendo que é necessário que se tenha uma apropriação qualificada da realidade, matizada pela reflexão das conseqüências éticas dessa trajetória e tendências.

Concluimos, portanto, que não basta expandir, é preciso expandir com qualidade e com vinculação mais estreita entre o mundo do trabalho e o mundo da formação, no entendimento de que, a compreensão da atual conjuntura e novas tendências da educação superior em Enfermagem, através das políticas que a perpassam, serve como base para o entendimento de seu processo histórico, possibilitando tomadas de decisão pautadas na realidade do processo e reflexão das conseqüências éticas dessa trajetória e tendências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001. Brasília (DF); 2001.

BRASIL. Lei 9.394 em 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial. Brasília, 23 de dezembro de 1996. Seção 1, p.27.833-27.9841.

FERNANDES JD. **A trajetória do ensino de graduação em enfermagem no Brasil**. In: TEIXEIRA E, VALE EG, FERNANDES JD, SORDI MRL (orgs). O ensino de graduação em enfermagem no Brasil: o ontem, o hoje e o amanhã. Brasília: INEP, 2006.

SILVA, B. R, BAPTISTA S. S. **O movimento de expansão dos cursos superiores de enfermagem na região norte do Brasil**. Rio de Janeiro. Enfermagem UERJ, 15(4):515-20; out/dez, 2007.

TEIXEIRA, E. *et al.* **Trajétória e tendências dos Cursos de Enfermagem no Brasil**. Revista Brasileira de Enfermagem, 59(4): 479-87. Jul-ago 2006.